



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
PRÓ-REITORIA DE PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
NÚCLEO DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM ATENDIMENTO EDUCACIONAL
ESPECIALIZADO
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (2025)**

**INCLUSÃO NAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR NA REDE
MUNICIPAL DE ENSINO DE SÃO FRANCISCO/PB¹**

***INCLUSION IN SCHOOL PHYSICAL EDUCATION CLASSES IN THE
MUNICIPAL SCHOOL NETWORK OF SÃO FRANCISCO/PB***

Isabela Alixandre Soares²

Jéssica Gírlaine Guimarães Leal³

RESUMO

A escola desempenha um papel fundamental na formação de cidadãos e na construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Assim, a inclusão apresenta-se como um pilar essencial da função social da escola ao garantir acesso, permanência e sucesso de todos os alunos. A educação física inclusiva nesta perspectiva, visa garantir que todos os alunos participem das atividades, independente das suas habilidades ou limitações, na qual o professor da disciplina deve acolher e incluir os alunos com deficiência, a fim de que suas aulas propiciem um ambiente de interação e respeito às diferenças. Diante disso, o presente estudo visa analisar como se dá o processo de inclusão nas aulas de educação física da rede municipal de ensino da cidade de São Francisco/PB. Trata-se de uma pesquisa exploratória, com abordagem qualitativa. A coleta de dados consistiu na aplicação de uma entrevista semi estruturada com base em um roteiro elaborado pelos autores. Os discursos dos professores demonstraram que os professores compreendem o conceito de inclusão como garantia de direitos e participação, mas enfrentam desafios práticos devido à falta de formação específica, recursos adequados e barreiras atitudinais. Porém, demonstram esforços em adaptar atividades e promover a socialização dos alunos com deficiência nas aulas. Conclui-se que os professores compreendem a necessidade da inclusão na educação física escolar e o quanto a mesma influencia em um ensino de qualidade.

Palavras-chave: Educação física; Inclusão; Respeito.

¹ Trabalho de Conclusão de Curso apresentado/defendido para a Especialização em Atendimento Educacional Especializado, em 25 de setembro de 2025 como requisito parcial para obtenção do título de Especialista junto a Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA).

² Orientanda do Curso de Especialização em Atendimento Educacional Especializado, da Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA). E-mail: isabela.soares91233@alunos.ufersa.edu.br.

³ Orientadora do Curso de Especialização em Atendimento Educacional Especializado, da Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA). E-mail: jessica.leal@professor.ufcg.edu.br.

ABSTRACT

Schools play a fundamental role in shaping citizens and building a more just and egalitarian society. Thus, inclusion is an essential pillar of the school's social function by ensuring access, retention, and success for all students. Inclusive physical education, from this perspective, aims to ensure that all students participate in activities, regardless of their abilities or limitations. In this context, teachers must welcome and include students with disabilities, ensuring that their classes foster an environment of interaction and respect for differences. Therefore, this study aims to analyze the process of inclusion in physical education classes in the municipal school system of the city of São Francisco, Paraíba. This is exploratory research with a qualitative approach. Data collection consisted of semi-structured interviews based on a script developed by the authors. The teachers' statements demonstrated that they understand the concept of inclusion as a guarantee of rights and participation, but face practical challenges due to a lack of specific training, adequate resources, and attitudinal barriers. However, they demonstrate efforts to adapt activities and promote the socialization of students with disabilities in class. It can be concluded that teachers understand the need for inclusion in school physical education and how it influences quality teaching.

Keywords: Physical education; Inclusion; Respect.

1 INTRODUÇÃO

A educação e a vivência escolar exercem um grande impacto no crescimento humano e na prática social, possibilitando a existência em sociedade, visto que todos os indivíduos precisam passar por este processo, pois é um requisito essencial para a civilização e a cidadania (JÚNIOR, 2023).

A educação, como pilar fundamental da sociedade, molda cidadãos e cultiva valores essenciais para a convivência social contribuindo para construção de indivíduos responsáveis e conscientes (COVALESKI; DA SILVA CARDOSO, 2023). Nesse contexto, a escola emerge como um espaço privilegiado da formação humana, onde se entrelaçam saberes, experiências e interações que contribuem para o desenvolvimento integral do ser humano.

No entanto, a história da educação revela um longo percurso de exclusão e marginalização, especialmente em relação às pessoas com deficiência. De acordo com Da Costa et al. (2022), é necessário compreender que, ao longo de muitos séculos, esses indivíduos foram marginalizados pela sociedade, vivendo à margem desta, negando-lhes o direito à educação e à participação social. A luta por igualdade e justiça social impulsionou a construção de um novo paradigma, no qual a inclusão se tornou um imperativo ético e legal. A Declaração de Salamanca (UNESCO, 1994), marco histórico nesse processo, preconiza que “toda criança tem direito fundamental à educação, e deve ser dada a oportunidade de atingir e manter o nível adequado de aprendizagem”.

Para Soares (2018), a educação física escolar, nesse cenário, assume um papel crucial na promoção da inclusão, possibilitando o crescimento integral dos estudantes, especialmente aqueles com deficiência, no aspecto físico, motor, intelectual, social e emocional. Segundo Castelani Filho, et al (2014), ao reconhecer o movimento como uma linguagem universal, a disciplina de educação física pode se tornar um ambiente ideal para fomentar a inclusão, diminuindo obstáculos e instigando a união e respeito.

Compreende-se assim que pesquisas acerca da inclusão na disciplina de educação física mostram-se pertinentes, tendo em vista que é um tema de crescente relevância no cenário educacional contemporâneo. A busca por uma educação equitativa e de qualidade para todos os alunos, têm impulsionado a necessidade de repensar e adaptar as práticas pedagógicas nesse contexto específico. Além disso, destaca-se a importância que a mesma adquire na sociedade com a ampliação das experiências corporais e criação de ambientes de aprendizagem que possibilitam a aquisição de saberes e habilidades. Diante disso, a presente pesquisa se propõe a explorar a fundo essa temática, investigando os desafios e as possibilidades da inclusão escolar na educação física na rede municipal de ensino da cidade de São Francisco-PB.

A relevância deste estudo se justifica pela necessidade de aprofundar o debate sobre a inclusão escolar na educação física, buscando subsídios para a formulação de políticas públicas e práticas pedagógicas mais eficazes. Além disso, a pesquisa visa contribuir para a desconstrução de estereótipos e preconceitos, promovendo uma cultura de respeito à diversidade e valorização das diferenças.

Nesse contexto, o trabalho visa contribuir para identificar práticas pedagógicas mais acessíveis, promover adaptações curriculares e sensibilizar professores e estudantes para a importância da participação plena e efetiva de pessoas com deficiência, bem como fortalecer o compromisso da escola com os princípios de inclusão previstos na legislação brasileira, como a Lei Brasileira de Inclusão (LBI) e a Política Nacional de Educação Especial (PNEE).

O presente trabalho tem como objetivo geral analisar como se dá o processo de inclusão nas aulas de educação física da rede municipal de ensino da cidade de São Francisco/PB, buscando relatar as principais possibilidades e desafios vivenciados pelos professores participantes, e como objetivos específicos, investigar o conhecimento dos professores acerca dos conceitos e processos que envolvem a educação física inclusiva, através de uma pesquisa exploratória, de campo e com abordagem qualitativa.

Neste trabalho são centrais duas vertentes, a importância da inclusão na educação física escolar e o papel do professor da disciplina neste processo, e para embasar e dar suporte

a esse estudo nos ancoramos em alguns autores, como: Mantoan (2006), Sasaki (2003), Chicon (2018), Ropoli et al. (2010), e Souto, Cunha e Amaral (2024), que nos deram suportes significativos sobre a educação física inclusiva, entre outros.

Para debater o tema proposto neste artigo, estruturamos da seguinte maneira: Inicialmente, realizaremos um debate teórico sobre o processo histórico da inclusão das pessoas com deficiência e a luta pelos direitos à educação. No capítulo seguinte, abordaremos a educação física inclusiva, suas possibilidades, e seus desafios. Respectivamente, apresentamos os processos metodológicos, e instrumentos utilizados no estudo, os resultados encontrados, as discussões acerca da temática abordada, bem como as considerações finais.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Escola e inclusão

O processo de inclusão das pessoas com deficiência é resultado de um longo percurso histórico, marcado por avanços legais, mudanças sociais e transformações na concepção de deficiência. Ao longo do tempo, a sociedade passou por diferentes paradigmas em relação às pessoas com deficiência, oscilando entre a exclusão, a segregação, a integração e, mais recentemente, a inclusão.

Predominante até o início do século XX, o paradigma da exclusão considerava a pessoa com deficiência como alguém que deveria ser mantido afastado da convivência social e das instituições, com ausência de qualquer política pública voltada à educação ou inserção social (MANTOAN, 2003). Respectivamente, os paradigmas da segregação e integração, implicando em uma separação dos "diferentes" sob o pretexto de cuidado, e a inserção no contexto educacional com exigência de adaptação sobre o sujeito, e não sobre a instituição (SASSAKI, 2003).

No passado, predominava o modelo médico da deficiência, no qual a mesma era vista como um problema individual, de natureza patológica, a ser tratado por profissionais da saúde. Esse modelo reforçava a exclusão social, uma vez que colocava a responsabilidade da limitação exclusivamente na pessoa com deficiência (DINIZ; BARBOSA, 2017). A mudança para o modelo social, que começou a se consolidar no final do século XX, trouxe uma nova perspectiva, entendendo a deficiência como resultado das barreiras impostas pela sociedade.

A transição do modelo médico para o modelo social da deficiência, conforme destacado por Diniz e Barbosa (2017), representou uma inflexão fundamental na forma como a sociedade passou a compreender e lidar com as pessoas com deficiência. Essa mudança foi acompanhada por uma série de marcos históricos, sociais e legais, que pavimentaram o caminho para a inclusão educacional no Brasil.

A Constituição Federal de 1988 foi um marco legal importante ao garantir, em seu artigo 205, o direito à educação para todos, com igualdade de condições para o acesso e permanência na escola (BRASIL, 1988). Vale ressaltar que em 2001, é promulgada a Resolução CNE/CEB de 02/2001, que determina em seu artigo 2º, que:

Os sistemas de ensino devem matricular todos os alunos, cabendo às escolas organizar-se para o atendimento aos educandos com necessidades educacionais especiais, assegurando as condições necessárias para uma educação de qualidade para todos. Parágrafo único. Os sistemas de ensino devem conhecer a demanda real de atendimento a alunos com necessidades educacionais especiais, mediante a criação de sistemas de informação e o estabelecimento de interface com os órgãos governamentais responsáveis pelo Censo Escolar e pelo Censo Demográfico, para atender a todas as variáveis implícitas à qualidade do processo formativo desses alunos. (BRASIL, 2001, Art. 2, p. 1).

Além disso, tais princípios foram reforçados pela Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência – Estatuto da Pessoa com Deficiência, sancionada em 2015, que assegura uma série de direitos, incluindo o acesso à educação inclusiva em todos os níveis e modalidades (BRASIL, 2015).

Nos últimos anos, políticas como a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva e a implementação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) contribuíram para consolidar o modelo inclusivo. A BNCC orienta que a diversidade e a equidade devem ser princípios orientadores das práticas pedagógicas, reconhecendo o direito de todos os estudantes ao aprendizado (BRASIL, 2017).

Para Silva e Oliveira (2020), o processo de inclusão não é linear nem isento de desafios, pois apesar dos avanços legislativos, ainda há resistência por parte de instituições escolares, além de uma lacuna significativa na formação docente. Os autores apontam que “a história da inclusão no Brasil é marcada por conquistas importantes, mas também por contradições e retrocessos que exigem vigilância e mobilização constante” (SILVA; OLIVEIRA, 2020, p. 88).

A inclusão escolar representa nesse processo como um avanço significativo na luta

pelos direitos das pessoas com deficiência, promovendo o acesso igualitário à educação e à participação plena na vida escolar. Conforme aponta Mantoan (2006), a inclusão não se limita ao ingresso físico de estudantes com deficiência na escola regular, mas diz respeito, principalmente, à transformação das práticas pedagógicas e da cultura escolar, para que todos possam aprender juntos, respeitando suas diferenças. Para isso, é necessário entendermos que:

Escola inclusiva é uma escola onde se celebra a diversidade, encarando-a como uma riqueza e não como algo a evitar, em que as complementaridades das características de cada um permitem avançar, em vez de serem vistas como ameaçadoras, como um perigo que põe em risco a nossa própria integridade, apenas porque ela é culturalmente diversa da do outro, que temos como parceiro social. (César, 2003, p. 119).

No ambiente escolar com perspectiva inclusiva, todos os estudantes estão ali para aprender em colaboração, não se tratando apenas da presença física, mas do sentimento de pertencimento à escola e ao grupo. De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, 1996), é dever do sistema educacional assegurar currículos, métodos, recursos e organização específicos para atender às necessidades dos alunos com deficiência. Esse dispositivo legal reforça a ideia de que a escola precisa se adaptar ao aluno e não o contrário. Para que isso ocorra de forma efetiva, é necessário repensar o papel da escola como espaço democrático, capaz de acolher a diversidade humana.

Segundo Ropoli et al. (2010), a inclusão escolar exige mudanças estruturais e atitudinais, e envolvem desde a formação de professores até a adoção de metodologias diferenciadas, que levem em consideração o ritmo, os estilos de aprendizagem e as potencialidades de cada aluno propiciando um ensino de qualidade. Os autores ressaltam ainda que “o desafio de fazê-lo acontecer nas salas de aulas é uma tarefa a ser assumida por todos os que compõem um sistema educacional.” (ROPOLI et al. 2010, p. 10).

Para Sassaki (2003), a inclusão é um processo que se opõe à integração. Enquanto a integração pressupõe a adaptação do aluno ao sistema, a inclusão defende a transformação do sistema para que ele atenda a todos. Isso implica em uma mudança paradigmática, que reconhece que todas as crianças têm o direito de estar na escola comum, aprendendo em conjunto com seus pares, com o suporte necessário.

Como aporte legal, a Constituição Federal de 1988, em seu artigo 205, estabelece que a educação “será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania”. Nesse sentido, o

ambiente escolar deve ser um espaço de convivência, respeito mútuo e construção coletiva de saberes, onde a diferença seja entendida como elemento enriquecedor e não como obstáculo. Desta maneira:

A Educação Inclusiva é a transformação para uma sociedade inclusiva, um processo em que se amplia a participação de todos os alunos nos estabelecimentos de ensino regular. Trata-se de uma reestruturação da cultura, da prática e das políticas vivenciadas nas escolas, de modo que estas respondam à diversidade dos alunos. (NETO, et al, 2018, p. 86).

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) vem para reforçar a importância de uma educação inclusiva ao propor um currículo que valorize as competências socioemocionais e a diversidade cultural, étnica e individual dos alunos (BRASIL, 2017). Essa proposta visa preparar os estudantes para a vida em sociedade, respeitando a pluralidade e promovendo a equidade. Desta maneira, a inclusão escolar envolve aspectos multifacetados e enfrenta desafios, desde a formação e a atualização do professor, a organização do trabalho pedagógico considerando as especificidades e projetando possibilidades de participação, até a efetivação e avaliação do processo de ensino aprendizagem (DAIANEZ; SMOLKA, 2019).

Portanto, a inclusão no ambiente escolar não deve ser tratada como um projeto paralelo, mas como uma diretriz central que orienta todas as práticas pedagógicas, visto que é preciso reconhecer que a escola inclusiva não beneficia apenas os alunos com deficiência, mas todos os envolvidos no processo educacional, promovendo uma cultura de empatia, colaboração e respeito às diferenças.

2.2 Educação física inclusiva

A Educação Física escolar desempenha um papel fundamental no desenvolvimento integral dos alunos, contribuindo para aspectos físicos, cognitivos, emocionais e sociais. Para Da Silva Martins, Martinez e Guerine (2021), a educação física contribui significativamente para o aprimoramento da coordenação motora e da lateralidade, habilidades fundamentais para o desempenho acadêmico e para as atividades diárias, além de estimular funções cognitivas, como memória, atenção e concentração, favorecendo o processo de aprendizagem.

Conforme mencionado por Chicon e De Carvalho Cruz (2016), a educação física como parte do currículo, é capaz de fomentar a expansão do espaço nas interações

socioeducacionais para indivíduos que apresentam características específicas de aprendizagem em seus processos educacionais, fazendo uso de seus conteúdos de referência, que incluem atividades como jogos, esportes, ginásticas, danças e modalidades de luta.

Segundo Raithz, Fornari e Veiga (2019), no contexto escolar, a Educação Física deve oferecer diversas vivências aos estudantes, incentivando-os a se moverem. Por meio dessas, os alunos terão a oportunidade de entender melhor seu corpo, visando a conquista de autonomia. Além disso, as aulas de educação física proporcionam um ambiente propício para o desenvolvimento de habilidades sociais, pois:

As atividades físicas em grupo, como jogos e esportes coletivos, proporcionam um ambiente propício para o desenvolvimento de habilidades sociais, como cooperação, liderança e respeito mútuo. Estas competências não só são valiosas no contexto escolar, mas também têm impactos significativos na capacidade dos alunos de se integrarem positivamente na sociedade, preparando-os para o mundo além dos muros escolares. (CARPES, et al, 2024, p. 234).

Desta forma, a educação física não se limita ao desenvolvimento físico; ela também contribui para a formação integral do indivíduo. Assim, a disciplina dissemina conhecimentos sobre a cultura corporal de movimento, capacitando os alunos para a regulação, interação e transformação em relação ao meio em que vivem, promovendo o desenvolvimento crítico, reflexivo e autônomo dos estudantes (SOUTO, Cunha e Amaral, 2024).

Neste cenário, a educação física escolar assume um papel relevante na promoção da inclusão e no respeito à diversidade, ao adaptar atividades que atendam às necessidades de todos os alunos — incluindo aqueles com deficiência — e ao favorecer a participação equitativa, o reconhecimento das diferenças individuais e a construção de um ambiente escolar mais justo e acolhedor. Essa perspectiva inclusiva encontra respaldo na proposta pedagógica de Paulo Freire (1996), que defende uma educação fundamentada no diálogo, na escuta e no respeito ao outro. A pedagogia freiriana reforça a importância de considerar o estudante como sujeito ativo do processo educativo, o que implica em valorizar suas vivências, conhecimentos prévios e potencialidades — princípios essenciais para uma prática de educação física verdadeiramente inclusiva.

Na perspectiva da educação física, Chicon (2018), argumenta que a inclusão requer uma abordagem que reconheça as singularidades dos estudantes e promova a participação ativa de todos nas atividades corporais, e enfatiza a importância de práticas pedagógicas que considerem as necessidades específicas dos alunos, garantindo o acesso e a permanência nas

aulas de Educação Física.

A inclusão vai além da simples inserção de estudantes com deficiência nas aulas regulares; ela implica em uma transformação nas práticas pedagógicas e na cultura escolar. Mantoan (2015) destaca que, a inclusão escolar é um processo que exige a reconstrução do projeto político-pedagógico da escola, promovendo a participação de todos os alunos nas atividades escolares. Da Silva et al (2023), aponta que:

[...] a educação física enquanto práxis pedagógicas, tem um longo caminho a percorrer, principalmente no que se refere à inclusão e o que essa base teórica propõe é justamente um esforço dos professores de educação física na busca de uma orientação acerca de um fazer pedagógico através de uma prática holística e busca de inter relações com os diferentes atores envolvidos nesse processo (DA SILVA, et al, 2023, p. 33-34).

Para que a inclusão seja efetiva dos estudantes com deficiência na educação física escolar, se faz necessária a implementação de estratégias pedagógicas específicas. Segundo Basso-Braz et al. (2024), as principais estratégias identificadas incluem modelos de apoio e trabalho colaborativo, formas de comunicação e tipos de instrução, adaptações, e materiais e recursos pedagógicos, auxiliando os professores na prática e promovendo a participação ativa dos estudantes com deficiência nas aulas regulares.

A participação efetiva dos alunos com deficiência nas aulas de educação física é fundamental para o sucesso da inclusão. Flores et al. (2010), destacam que esta disciplina desenvolve o psíquico e físico do aluno através de vivências e práticas como jogos, danças, esportes e lutas, proporcionando diferentes oportunidades de movimento importantes para o seu desenvolvimento. Assim:

Com o princípio da Inclusão, a Educação Física escolar deve ter como eixo fundamental o aluno e, sendo assim, deve desenvolver as competências de todos os discentes e dar aos mesmos condições para que tenham acesso aos conteúdos que propõe, com participação plena, adotando para tanto estratégias adequadas, evitando a exclusão ou alienação (AGUIAR; DUARTE, 2005, p. 228).

A disciplina em questão, possui um potencial significativo para promover a inclusão de estudantes com deficiência, e a atitude do professor é um fator determinante para o sucesso da mesma. Sassaki (2003), afirma que a inclusão depende, em grande parte, da disposição dos educadores em adaptar suas práticas e acolher as diferenças, visto que a sensibilidade e o compromisso ético dos professores são essenciais para criar um ambiente de aprendizagem que respeite e valorize a diversidade.

A formação adequada dos professores é crucial para a efetivação da inclusão, e estudos indicam que muitos educadores ainda se sentem despreparados para lidar com a diversidade em sala de aula. Segundo Dos Reis Silva, Sousa e Vidal (2006), a falta de preparação dos docentes é uma das principais barreiras para a inclusão na escola.

Atrelado a isto, Nunes et al (2020):

A ausência de disciplinas específicas sobre educação inclusiva nos currículos de formação inicial e a escassez de oportunidades de formação continuada representam um entrave significativo para que os professores desenvolvam as competências necessárias para a inclusão (NUNES, et al, 2020, p. 45).

Essa lacuna na formação impacta diretamente a capacidade do professor de planejar e implementar aulas que atendam às particularidades de cada estudante, desde aqueles com deficiência até os que possuem diferentes ritmos de aprendizagem.

Diante disso, Neto et al. (2020), destacam que é necessária uma melhor preparação dos professores para uma educação física inclusiva, enfatizando a importância de uma formação que conduza a uma ação reflexiva e consciente das contribuições na formação do aluno. No que se refere à perspectiva de Silva (2014) sobre a função do professor de educação física em práticas inclusivas no ambiente escolar, é destacada a relevância do seu papel no processo de inclusão. Além disso, a atuação desse profissional deve se comprometer a enfrentar os obstáculos relacionados à diversidade, colaborando com os distintos participantes no ensino de crianças com deficiência, bem como com a comunidade escolar.

3 METODOLOGIA

Este estudo caracteriza-se como uma pesquisa de natureza exploratória, de campo e com abordagem qualitativa. A pesquisa exploratória tem como principal objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema investigado, tornando-o mais explícito e construindo hipóteses ou descobrindo novas possibilidades de análise (Gil, 2019). Esse tipo de investigação é particularmente útil em contextos ainda pouco estudados ou que exigem compreensão aprofundada de fenômenos complexos.

A pesquisa foi realizada em campo, ou seja, no ambiente natural onde os fatos ocorrem, com a intenção de observar diretamente os sujeitos e situações em seu contexto real.

Segundo Prodanov e De Freitas (2013), a pesquisa de campo possibilita ao pesquisador um contato direto com a realidade investigada, permitindo uma coleta de dados mais rica e contextualizada.

A abordagem qualitativa foi escolhida por possibilitar uma compreensão mais profunda dos significados atribuídos pelos sujeitos da pesquisa à inclusão nas aulas de educação física, permitindo explorar as percepções, experiências e desafios enfrentados pelos professores. Segundo Minayo (2001), a pesquisa qualitativa trabalha com o universo dos significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que a torna especialmente adequada para estudos nas áreas das ciências humanas e sociais.

A coleta de dados foi realizada por meio da realização de uma entrevista semiestruturada, com base em um roteiro elaborado pelos próprios autores da pesquisa (QUADRO 1). Esse instrumento permitiu maior flexibilidade na condução das entrevistas, possibilitando ao entrevistador adaptar-se ao contexto e aprofundar-se nas questões emergentes durante o diálogo (TRIVIÑOS, 1987). O roteiro de entrevista seguiu os princípios de elaboração de instrumentos científicos recomendados pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), especialmente quanto à clareza, objetividade e relevância das questões propostas (ABNT, 2018). As entrevistas dos professores foram gravadas em formato de áudio e o conteúdo foi transcrito posteriormente para a análise dos dados.

Quadro 1- Roteiro da entrevista

Questão 1	Pra você qual o significado de inclusão?
Questão 2	Você acha que existe inclusão dos alunos com deficiência nas suas aulas de educação física? Porque?
Questão 3	Quais as contribuições que as suas aulas de educação física podem dar para seus alunos com deficiência?
Questão 4	Você acha que sua graduação lhe deu embasamento suficiente para trabalhar com alunos com deficiência? Porque?
Questão 5	Você já teve alguma dificuldade em sua prática pedagógica para trabalhar com alunos com deficiência? Cite.
Questão 6	Quais as principais dificuldades que surgem no caminho para uma educação física inclusiva?

Fonte: Autoria própria (2025).

Antes da realização das entrevistas, foi feita uma visita à escola da rede municipal com o objetivo de apresentar a pesquisa e coletar a assinatura da carta de anuência institucional. Na sequência, foi apresentado aos professores participantes o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), garantindo que todos estivessem cientes dos objetivos do estudo e concordassem, de forma voluntária, em participar da pesquisa.

As entrevistas foram realizadas com dois professores de educação física, concursados e em exercício na rede municipal, previamente selecionados por conveniência e de forma intencional, com base em sua experiência profissional e atuação no contexto local.

Os dados coletados foram analisados à luz da análise de conteúdo, conforme proposta por Bardin (2016), permitindo a identificação de categorias temáticas que emergiram do material empírico. Todo o procedimento da pesquisa foi conduzido em conformidade com os princípios éticos previstos na Resolução nº 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde, que regulamenta as pesquisas envolvendo seres humanos na área das Ciências Humanas e Sociais.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os resultados deste estudo foram organizados em 3 categorias, referentes às perguntas da entrevista semi-estruturada. Desta forma, foram lidas e organizadas as respostas dos professores relacionadas à inclusão de alunos com deficiência na educação física escolar. O objetivo da análise é identificar como se dá o processo de inclusão, e comparar a percepção dos docentes acerca da temática abordada e da realidade de ambos.

4.1 Conceito de inclusão

Em um primeiro momento buscou-se investigar qual o entendimento dos professores acerca do conceito de inclusão, e os mesmos manifestaram as seguintes concepções:

Professor A: “Entendo que está relacionado em garantir que todos os alunos, independente de como seja suas diferenças, ou problemas de saúde, que tenham acesso e oportunidades aos serviços oferecidos.”

Professor B: “Para mim, inclusão é o ato de incluir, tornar parte do todo sem qualquer distinção ou seletividade de possíveis limitações que sejam relativas ao indivíduo.”

Podemos observar que ambos compreendem a inclusão como algo relacionado à equidade e a garantia de seus direitos, mas o Professor B amplia o entendimento, abordando o aspecto afetivo e social da inclusão. De acordo com Sasaki (2003), “inclusão significa aceitar as pessoas como elas são, proporcionando igualdade de oportunidades de participação em todos os aspectos da vida”. Assim, a inclusão não deve se restringir ao espaço físico, mas envolver pertencimento e valorização.

Segundo Ropoli et al. (2010), adotar uma abordagem inclusiva na educação significa garantir condições de acessibilidade que favoreçam a participação de todos os estudantes. Os autores defendem que a escola deve ser um ambiente acolhedor para todos, independentemente da presença ou não de alguma deficiência.

Reforçando estas afirmações, Chicon (2018) traz que compreender a inclusão vai além da simples adaptação das aulas para atender estudantes com necessidades educacionais específicas, mas sim, assumir uma abordagem pedagógica que reconheça e valorize a diversidade, com metas, conteúdos e estratégias alinhados ao propósito de formar uma sociedade mais justa e inclusiva.

4.2 Estratégias pedagógicas e benefícios da educação física inclusiva

Em um segundo momento investigou-se quais as estratégias utilizadas pelos professores nas suas aulas para proporcionar a inclusão dos alunos com deficiência, e eles trouxeram em seu discurso:

Professor A: “Em minhas aulas tenho sempre promovido a socialização entre os alunos uns com os outros, também faço algumas adaptações para atender as necessidades individuais de cada um.

Professor B: “É desafiador incluir alguns alunos com limitações físicas e cognitivas nas aulas de educação física, tendo em vista que são construídas barreiras limitantes levantadas em frases como “você não pode fazer” ou “vai se machucar”. Isso toma contornos restritivos dentro do universo interno e ocasionam uma deficiência emocional que irá afetar o desenvolvimento das boas práticas.”

É possível perceber na fala dos docentes que enquanto o Professor A foca na prática direta (adaptação e interação), o professor B enfatiza o enfrentamento de barreiras atitudinais, mostrando uma visão mais crítica do contexto escolar. Assim, entendemos que a participação do aluno vai além de sua simples presença, pois envolve seu envolvimento ativo e interações com os colegas durante as atividades, sendo fundamental que se sintam parte integrante do grupo e percebam que podem realizar tarefas práticas.

Para Cunha e Gomes (2017), a atuação pedagógica do docente de educação física se desenvolve por meio da vivência, da interação com os alunos e do diálogo constante, fazendo com que o processo de aprendizagem do professor voltado para uma prática inclusiva não aconteça de maneira passiva, mas que exija iniciativa e ação para que os alunos se sintam incluídos. Ademais, os professores também falaram sobre os benefícios das suas aulas para os alunos com deficiência e relataram:

Professor A: “Principalmente são nas aulas práticas, como no aumento de força, flexibilidade e equilíbrio.”

Professor B: “Inúmeras são as consequências positivas ofertadas pelas aulas de educação física, como promoção do desenvolvimento físico, do bem-estar emocional e da interação social, dentre outros fatores biopsicossociais.”

Ao observar as afirmações dos professores fica explícito que o Professor A aponta benefícios motores, como ganhos físicos e foca na sua atuação nas aulas práticas, enquanto o Professor B considera dimensões mais amplas da saúde e convivência, destacando fatores biopsicossociais, como o aspecto emocional e social. Corroborando a isto, Chicon (2018), nos afirma que as aulas de educação física contribuem para o aprimoramento da consciência corporal, o desenvolvimento de habilidades, promovem o fortalecimento da autoestima e a inclusão do aluno com deficiência nas atividades junto aos colegas estimulando vínculos afetivos e o respeito à diversidade.

Reforçando, Alves e Duarte (2014), observaram em sua pesquisa que o espaço das aulas de educação física constituem um ambiente propício à interação social e exercem papel essencial no processo de inclusão, contribuindo significativamente para a melhoria da qualidade de vida dos estudantes. Souto, Cunha e Amaral(2024), também trazem afirmações positivas sobre a educação física escolar em seus estudos, confirmando que a disciplina exerce um papel fundamental na promoção de uma educação mais qualificada, contribuindo para a formação de cidadãos com valores humanos, éticos, responsáveis, justos, saudáveis e comprometidos com o bem-estar.

4.3 Formação docente, desafios e possibilidades

Procuramos investigar também, acerca da formação dos professores participantes da pesquisa e se a mesma proporcionou embasamento suficiente para trabalhar com alunos com deficiência. Os docentes afirmaram:

Professor A: “Sim. A formação com certeza proporciona um bom embasamento. Apesar que a educação para se trabalhar com crianças PCD requer que o professor esteja em um constante processo de aprendizagem, pois são muitos problemas diferenciados.”

Professor B: “Não somos profissionais preparados para acolher alunos com deficiência, pois a minha prática acadêmica foi, também, deficitária em sua essência. Porém, o desejo em ver a evolução dos nossos alunos é um ponto fundamental para a busca de novos caminhos que conduzem ao desenvolvimento das habilidades dos alunos e preenche algumas lacunas que foram estabelecidas pela desassistência acadêmica.”

Foi possível observar a partir dos discursos expostos que, o Professor A considera a formação inicial relevante, mas insuficiente diante das diversas deficiências, concomitante, o Professor B, reconhece falhas na formação acadêmica, mas destaca o desejo de buscar conhecimento como fator de compensação. Desta forma, ambos revelam lacunas na formação inicial e reforçam a necessidade de formação continuada para atuação com alunos com deficiência. Em seu estudo, Neto et al(2020) observou que a formação inicial nos cursos de educação física, voltada para a educação inclusiva, ainda se mostra limitada e predominantemente teórica, fazendo com que essa ausência de conteúdos específicos na grade curricular, resulte na formação de profissionais inseguros ao enfrentarem o desafio de ensinar turmas que incluem alunos com deficiência.

Os professores também foram indagados sobre os desafios enfrentados em sala de aula para incluir os alunos com deficiência nas aulas e eles responderam que:

Professor A: “São diversos os entraves que encontro para trabalhar com alunos PCD, como: materiais adequados, capacitação específica para trabalhar mais na sala, no jogo, nas adaptações das práticas esportivas, além de turmas muito numerosas, dificultam a atenção que deveríamos dar a cada um.”

Professor B: “Como já relatado, restrições fantasiosas sobre o não conseguir é o maior entrave. Porém, a falta de material adaptado e capacitações práticas são, por si mesmos, grandes obstáculos.”

Diante das afirmações, observa-se que o Professor A aponta falta de materiais, capacitação e turmas numerosas, enquanto o Professor B enfatiza barreiras atitudinais e ausência de recursos adaptados. Assim, os docentes enfrentam limitações materiais, mas o professor B revela uma dimensão subjetiva do problema, no que tange o impacto das crenças e expectativas sobre o aluno com deficiência. Em seu estudo, Messias (2017) encontrou que diversos elementos ainda dificultam a inclusão nas aulas de educação física, entre eles, a necessidade de formação continuada para os docentes, a obtenção de materiais e recursos adequados para as atividades.

Por conseguinte, os professores também expressaram as possibilidades para um ensino

mais inclusivo de acordo com suas realidades:

Professor A: “Para tornar mais inclusivo é importante adaptar atividades, usar materiais diferenciados, trabalhar a socialização com os colegas, modificar o ritmo, intensidade e regras das atividades.”

Professor B: “A abrangência de materiais e recursos humanos específicos para a construção do conhecimento faz parte da solução. Alunos com deficiência não são necessariamente um problema, mas sim uma experiência de superação que levamos conosco para o resto das nossas vidas.”

Constatou-se que o Professor A, foca na adaptação de atividades, uso de materiais diferenciados, modificação de ritmo e regras, e o Professor B também confirma esses aspectos sobre a ampliação de recursos humanos e materiais, mas também valoriza a experiência inclusiva como enriquecedora. As sugestões de ambos apontam para estratégias práticas e valorização do processo inclusivo como um todo, destacando que o professor B agrega uma visão mais humanista, vendo o aluno com deficiência como um agente de transformação.

Aguiar e Duarte (2005), em seu estudo também com professores, obtiveram resultados semelhantes, e os dados apontaram que, para efetivar a inclusão, os docentes precisam de suporte para cursos de formação continuada, adequações na infraestrutura física e disponibilização de materiais didáticos apropriados. Ademais, o professor deve atuar como mediador do conhecimento e no percurso de aprendizagem dos estudantes que são protagonistas na transformação social, demonstrando dedicação e comprometimento com a educação apesar dos desafios (GALVÃO; DE OLIVEIRA CASIMIRO, 2023).

Corroborando a este pensamento, Mantoan(2006), afirma que quando a inclusão é assumida como um dos principais motivadores da transformação educacional, torna-se possível superar os modelos tradicionais ainda presentes na escola brasileira, permitindo iniciar um processo contínuo e consistente de reformulação das práticas pedagógicas, visando à melhoria da qualidade do ensino para todos os estudantes.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados obtidos neste estudo possibilitaram uma compreensão mais aprofundada sobre como os professores de educação física da rede municipal de São Francisco/PB compreendem e enfrentam os desafios relacionados à inclusão de alunos com deficiência no ambiente escolar. Os discursos dos docentes revelaram uma concepção sólida de inclusão, associada à equidade, ao respeito às diferenças e à garantia de direitos. Ficou evidente a

percepção generalizada da insuficiência da formação inicial e a valorização da formação continuada como essencial para o aprimoramento das práticas pedagógicas inclusivas.

Este estudo contribui para o campo da educação física escolar ao dar visibilidade às vozes dos professores que atuam diretamente com alunos com deficiência, destacando os aspectos práticos, conceituais e formativos que permeiam a inclusão no contexto público municipal, bem como reforça a importância de ouvir os profissionais da educação para compreender as reais demandas da prática pedagógica inclusiva. As implicações práticas apontam para a necessidade de ações concretas, como a reformulação dos currículos da formação inicial, a ampliação de programas de formação continuada e o fortalecimento de políticas públicas que garantam suporte técnico, estrutural e humano nas escolas. Do ponto de vista teórico, os achados confirmam a literatura que aponta as barreiras institucionais e atitudinais como fatores decisivos no sucesso ou fracasso da inclusão.

Como limitação, destaca-se o recorte geográfico restrito à cidade de São Francisco/PB, o que impede generalizações. Além disso, o estudo foi baseado exclusivamente na perspectiva dos professores, não abrangendo a visão dos alunos, gestores ou familiares, o que poderia enriquecer ainda mais a análise. Dessa forma, recomenda-se a realização de novas pesquisas que contemplem outros municípios da região, com diferentes realidades e contextos escolares. Também se sugere investigar a inclusão na perspectiva dos alunos com deficiência, dos colegas sem deficiência e da gestão escolar, a fim de construir uma visão mais ampla e integrada do processo inclusivo.

Enquanto pesquisadora, este trabalho provocou uma reflexão crítica sobre os desafios estruturais e humanos que ainda permeiam a inclusão na educação física escolar, ao mesmo tempo, revelou-se inspirador perceber a disposição e o compromisso ético de muitos docentes em construir práticas mais justas, sensíveis e acolhedoras, mesmo diante de inúmeras adversidades. A inclusão escolar, especialmente na Educação Física, está inserida em um debate mais amplo sobre os direitos humanos, justiça social e equidade. Portanto, os dados desta pesquisa dialogam com um contexto nacional e global em que se busca romper com práticas excludentes, reafirmando o papel da escola como espaço de transformação social e valorização da diversidade.

Conclui-se, portanto, que embora ainda existam barreiras significativas à plena inclusão de alunos com deficiência nas aulas de educação física no município, também existem caminhos possíveis para o avanço, especialmente quando há empenho, empatia e compromisso por parte dos profissionais da educação. Que esta pesquisa sirva como incentivo

para a continuidade do debate, da formação e da construção de uma escola pública verdadeiramente inclusiva, onde todos tenham direito à aprendizagem, à participação e ao respeito às suas singularidades.

REFERÊNCIAS

ABNT. NBR 14724:2018 – **Trabalhos acadêmicos** – Apresentação. Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Normas Técnicas, 2018.

AGUIAR, J. S. d., DUARTE, É. **Educação inclusiva: um estudo na área da educação física**. Revista Brasileira de Educação Especial, v. 11, n. 02, p. 223-240, 2005.

ALVES, M. L. T.; DUARTE, E. **A percepção dos alunos com deficiência sobre a sua inclusão nas aulas de Educação Física escolar: um estudo de caso**. Revista Brasileira de Educação Física e Esporte, v. 28, n. 2, p. 329-338, 2014.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.

BASSO-BRAZ, A., et al. **Estratégias para a inclusão de estudantes com deficiências na educação física escolar: uma revisão sistemática**. Movimento. 2024

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. **Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 7 jul. 2015. Seção 1, p. 2.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Seção 1, p. 27833.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Resolução CNE/CEB nº 2, de 11 de setembro de 2001. **Institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 14 set. 2001, Seção 1, p. 39.

CARPES, E., et al. **A importância da educação física no ensino contemporâneo**. Rosa dos ventos, p. 234, 2024.

CASTELLANI FILHO, L., et al. **Metodologia do ensino de educação física**. Cortez editora, 2014.

CÉSAR, M. **A escola inclusiva enquanto espaço-tempo de diálogo de todos e para todos: algumas reflexões sobre experiências internacionais**. 2003.

CHICON, J. F. **Inclusão e exclusão no contexto da educação física escolar**. Movimento, 14(1), 13-38, 2018.

CHICON, J. F. DE CARVALHO CRUZ, G. **Formação continuada, Educação Física e inclusão**. Revista Brasileira de Ciências do Esporte, v. 36, 2016.

COVALESKI, L. M. DA SILVA CARDOSO, F. **Educação no brasil: um direito essencial ao exercício da cidadania**. Epitaya E-books, v. 1, n. 52, p. 91-102, 2023.

CUNHA, R. F. P.; GOMES, A. L. L. **Concepções de professores de Educação Física sobre inclusão escolar**. Práxis Educativa (Brasil), v. 12, n. 2, p. 414-429, 2017.

DA COSTA, S. C., et al. **Paradigmas históricos da inclusão e da educação de pessoas com deficiência visual**. Revista Diálogos e Perspectivas em Educação Especial, v. 9, n. 1, p. 89-102, 2022.

DA SILVA MARTINS, M., MARTINEZ, V. M. L., GUERINE, R. P. **A importância da educação física escolar no desenvolvimento motor e na lateralidade em crianças**. Revista Brasileira de Reabilitação e Atividade Física, v. 10, n. 1, p. 33-40, 2021.

DA SILVA, H. M., et al. **Educação Física inclusiva no olhar da complexidade: um estudo de revisão narrativa**. Macabéa-Revista Eletrônica do Netlli, v. 2, pág. 55-68, 2023.

DAINEZ, D., SMOLKA, A. L. B. **A função social da escola em discussão, sob a perspectiva da educação inclusiva**. Educação e Pesquisa, v. 45, p. e187853, 2019.

DINIZ, D., BARBOSA, L. **Deficiência e igualdade**. São Paulo: Cortez, 2017.

DOS REIS SILVA, R. H., SOUSA, S. B., VIDAL, M. H. C. **Educação Física escolar e inclusão: desafios para uma prática concreta**. Revista Polyphonia, v. 17, n. 2, p. 161-161, 2006.

FLORES, P. P., et al. **Inclusão escolar e Educação Física: refletindo sobre a participação dos alunos com deficiência física**. Revista Digital - Buenos Aires, 159, 2010.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GALVÃO, M. R.; DE OLIVEIRA CASIMIRO, S. A. A. **O papel do professor na escola: educação e transformação**. Revista OWL (OWL Journal)-Revista Interdisciplinar de Ensino e Educação, v. 1, n. 2, p. 134-148, 2023.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

JÚNIOR, J. F. C. **A importância da educação como ferramenta para enfrentar os desafios da sociedade da informação e do conhecimento**. Convergências: estudos em Humanidades Digitais, v. 1, n. 01, p. 127-144, 2023.

MANTOAN, M. T. E. **Uma escola de todos, para todos e com todos: o mote da inclusão. Educação especial: em direção à educação inclusiva**, v. 2, p. 27-40, 2003.

MANTOAN, M. T. E. **Inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer?**. São Paulo:

Summus, 2015.

MANTOAN, M. T. E. **Igualdade e diferenças na escola como andar no fio da navalha. Educação**, v. 29, n. 1, p. 55-64, 2006.

MISSIAS, R. M Percepções de professores de Educação Física sobre educação inclusiva. Quaestio-Revista de Estudos em Educação, v. 19, n. 2, 2017.

MINAYO, M. C. de S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 7. ed. São Paulo: Hucitec, 2001.

NETO, A. de O. S., et al. **Educação Física, formação de professores e inclusão**. Research, Society and Development, v. 9, n. 10, p. e4749108726-e4749108726, 2020.

NETO, A. de O. S., et al. **Educação inclusiva: uma escola para todos**. revista educação especial, v. 31, n. 60, p. 81-92, 2018.

NUNES, F. S. F., et al. **Estudos relacionados à formação continuada de professores de educação física para a inclusão escolar**. Brazilian Journal of Development, v. 6, n. 6, p. 41108-41122, 2020.

PRODANOV, C. C.; DE FREITAS, E. C. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico-2ª Edição**. Editora Feevale, 2013.

RAITHZ, A. L., FORNARI, S. F. J., VEIGA, F. R. **A importância da educação física escolar para o desenvolvimento motor**. Orientador: Francisco José Fornari Souza, 2019.

ROPOLI, E. A., et al. **A educação especial na perspectiva da inclusão escolar. A escola comum inclusiva**. 2010.

SASSAKI, R. K. **Inclusão: construindo uma sociedade para todos**. 2003. freitas

SILVA, A. P., OLIVEIRA, R. **História da inclusão no Brasil: avanços e desafios**. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.

SILVA, F. K. R. **Atendimento Educacional Especializado e Educação Física Escolar: possibilidades de parceria colaborativa no processo de inclusão escolar de educandos com deficiência intelectual**. 2014.

SOARES, L. S. A. **Educação Física escolar numa perspectiva inclusiva: desafios e possibilidades**. 46 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Educação Física) – Faculdade do Médio Parnaíba, FAMEP, 2018.

SOUTO, A. F., CUNHA, A. A. C., AMARAL, J. F. **A importância da educação física escolar na formação do indivíduo**. RENEF, v. 15, n. 23, p. 96-104, 2024.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

UNESCO (1994). **Declaração de Salamanca e Linha de Ação sobre Necessidades Educativas Especiais**. Adaptado pela Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais: Acesso e Qualidade, Salamanca, 1994.